ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL NA SEDE DO CVT/UAITEC, ATENDENDO À SOLICITAÇÃO DO SR. ELIABE DE FREITAS, CHEFE DO DEMUTRAN E DA SRA. MARIA MARTA GUIDO, SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA CINCO DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. (05-07-2023).

Ao quinto dia do mês de julho de dois mil e vinte três, quarta-feira, às nove horas e quinze minutos, foi realizada a Reunião presencial na sede do CVT/UAITEC, atendendo à solicitação do Sr. Eliabe de Freitas, chefe do Demutran, e da Sra. Maria Marta Guido, Secretária Municipal de Segurança Pública. A reunião teve como objetivo tratar sobre o projeto e finalização do Termo de Referência para publicação do edital do processo licitatório do Táxi, bem como a apresentação das propostas de intervenção no transporte e trânsito do Município de Mariana. **Participaram da reunião os Vereadores:** Fernando Sampaio, Maurício Borges, Gilberto Mateus e Pedro Ulisses. **Registraram Presença:** Maria Marta Guido, Secretária Municipal de Segurança Pública; Eliabe de Freitas, Chefe do Departamento Municipal de Trânsito - Demutran; Cristiane Costa Gonçalves, do Demutran; Ronam Lucio Nunes, da SETRANS Sinalização; Silvio Cunha Morais, da SETRANS; José Antônio, Representante dos comerciantes; Kleber Wilson Assis Niquini, representante do Supermercado Eldorado. **ABERTURA:** "Em nome de Deus e do Povo Marianense, havendo número regimental" O Vereador Fernando Sampaio iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos. Em seguida, a Secretária Municipal de Segurança Pública, Capitã Marta Guido, iniciou sua fala agradecendo aos presentes na reunião, apesar de lamentar a baixa proporção de Vereadores, dado o volume de cobrança de melhorias no trânsito pela população. Contextualizou afirmando categoricamente que, nos últimos anos, não houve planejamento ou investimento eficazes no trânsito do Município, e que os representantes do Demutran, Sr. Eliabe de Freitas e Sra. Cristiane Gonçalves explicitariam as propostas de intervenção. Ressaltou que qualquer mudança traria transtornos, mas seria importante pensar na cidade como um todo e afirmou, ainda, que não era intenção da proposição agir com autoritarismo, nem de maneira inflexível. Pontuou que uma coisa era certa: para melhoria do trânsito da cidade, seriam necessárias mudanças e não haviam atores mais qualificados para iniciar as tratativas do que os representantes do Povo no Legislativo. Explicitou novamente a intenção de construir as propostas em conjunto, sem autoritarismo, e convidou o Sr. Eliabe Freitas e a Sra. Cristiane Costa, elogiando a competência, comprometimento e experiência da equipe do Demutran. O Sr. Eliabe Freitas avaliou o desafio enfrentado pelo Demutran: um órgão pequeno, responsável por grandes demandas. Enfatizou a necessidade de reestruturação do órgão, aumentando sua dimensão. Apresentou, então, a alta proporção de veículos particulares na cidade: um veículo para cada dois habitantes, além da frota

flutuante, situação que resultava na alta demanda por estacionamento, dificuldades com carga e descarga, etc. Este seria, de acordo com o Sr. Eliabe, um grande desafio: implantar soluções efetivas para garantir a segurança viária e a fluidez no trânsito, sem que fosse necessário alteração na infraestrutura viária que, por sua vez, seria uma meta a longo prazo. Sobre o transporte, tanto público coletivo, quanto fretado, afirmou que afetava grandemente o trânsito no Município e que carecia de regulamentação. Ainda, afirmou que outras demandas careciam de atenção especial, como: táxi, transporte escolar, transporte por aplicativo, motofrete, transporte de carga. Por se tratar de um desafio muito grande, disse contar com apoio da Câmara para a efetivação dessas diretrizes, que seriam implantadas no futuro. A Sra. Cristiane Costa, engenheira do Demutran, cumprimentou a todos e afirmou que as proposições trazidas seriam sugestões, que estavam abertas à discussão. Apresentou então as medidas: Rampas de acessibilidade no centro histórico. A Sra. Cristiane explicou que o Demutran havia iniciado adaptações no centro após identificar que as travessias de pedestre, em sua maioria, não possuíam rampa de acesso, e que se fazia urgente a adaptação. Complementando, o Sr. Eliabe chamou atenção para o fato de não ser possível tratar acessibilidade de forma isolada, e sugeriu que se pensasse de forma ampla, como no quarteirão, ou no bairro, por exemplo. Nessa linha, a Sra. Cristiane sugeriu o centro histórico como primeira área de trabalho, por se tratar de uma área principal, de maior impacto. Posteriormente, afirmou que seria possível desmembrar o trabalho em direção aos bairros, e solicitou apoio da Câmara para tal. O Sr. Eliabe pontuou haver ação civil pública em relação à acessibilidade nos pontos de ônibus, e que, por isso, foram construídas de forma paliativa e emergencial rampas de acesso, mas que essas ações não bastavam para garantir o livre acesso da pessoa com deficiência. A Sra. Marta Guido, em análise, afirmou que quase noventa por cento do que foi construído nessa ação estava em desacordo com as leis de acessibilidade, e disse que essas ações tiveram o olhar limitado que procuravam evitar. Deixou claro, ainda, que mantinham contato constante com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan - desde o início das proposições, para garantir adequação das intervenções no patrimônio histórico. Finalizou afirmando que qualquer edificação, independentemente do status de patrimônio, poderia ser reformada para garantir acessibilidade. Ilustrando a fala da Sra. Marta, o Vereador Fernando Sampaio citou, como exemplo, a sede da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, prédio que foi adaptado para acessibilidade, apesar de se tratar de uma das construções mais antigas e relevantes historicamente no Município. Criação de terminal de embarque e desembarque na Av. Getúlio Vargas. A seguir, a Sra. Cristiane apresentou como medida essencial a criação de um terminal de passageiros das linhas urbanas, distritais e intermunicipais. O objetivo seria o desafogamento do ponto de ônibus em frente ao terminal turístico, e o proporcionamento de maior conforto aos usuários. Explicou a sobrecarga sofrida pelo ponto de ônibus atual e afirmou que a ação tinha como intuito a redistribuição e equilíbrio das linhas, não a desativação de

quaisquer pontos de parada. Para implementar o terminal, a proposta seria aumentar a capacidade do ponto da Avenida, de três para seis ônibus, sinalizando e adaptando as rampas de travessia de pedestres. O Vereador Pedro Ulisses questionou o motivo de não ter sido reativado o Conselho Municipal de Trânsito para essas tratativas. O Sr. Eliabe explicou já ter sido integrante do Conselho, e conhecer o descompromisso sistemático dos membros. Por isso, afirmou que ações do Demutran não poderiam ser dependèntes do Conselho, mesmo que fosse relevante sua reativação. A Sra. Cristiane relembrou que ainda se encontravam no início as tratativas, em fase de alinhamento, e que para tanto vinham abordando os atores primordiais para essas decisões: começando pelo Iphan, em seguida os Vereadores como representantes do Povo. Em continuidade, a proposta de audiências públicas seria priorizada. Afirmou que os conselhos eram, sim, importantes, mas não essenciais. De volta à questão dos pontos de ônibus, o Sr. Eliabe relembrou ter sido levantada, na última reunião com a Câmara, a situação dos veículos de aplicativo que faziam uso do ponto de ônibus, ato especialmente impactante na área central. Colocou como prioridade a sinalização de proibição de parada e estacionamento, exceto para ônibus e, para tratar a questão dos veículos particulares, explicou a proposta de criação de duas áreas de embarque e desembarque no centro: uma na Rua Mestre Nicanor e outra na Avenida Manoel Leandro Corrêa. Por fim, de volta à questão dos ônibus, explicou que a proposta seria aumentar a quantidade de abrigos na Avenida Getúlio Vargas e implementar um sistema de informação: uma medida simples que melhoraria a confiabilidade do transporte público, indicando quanto tempo faltaria até a chegada do ônibus, diminuindo a lotação dos carros. Definição de itinerário e de terminais de embarque e desembarque para o transporte coletivo das empresas. Dando seguimento à apresentação das propostas, a Sra. Cristiane explicou a intenção de definir itinerário dos veículos fretados pelas empresas atuantes no Município, responsáveis por grande parcela da sobrecarga dos pontos de parada. Afirmou ser uma tratativa de fácil realização, sendo importante levar em consideração as necessidades da empresa, bem como do Município. Para tanto, a sugestão do departamento seria a implementação do terminal de embarque integrado, em conjunto com as empresas, da seguinte forma: veículos sem restrição de empresa apanhariam os funcionários em seus pontos específicos, próximos de suas residências, e, em seguida seria feita baldeação no terminal, para que fossem direcionados aos ônibus das empresas. Dessa forma, seria diminuído o volume de veículos em circulação em horário de pico. Ilustrando a dimensão do problema atual, o Sr. Eliabe informou que, no ano passado, foi realizada medição no bairro Cabanas que apontou a passagem de cento e oitenta veículos de empresa, no período de três horas. Concluiu que a construção desse terminal, além da implantação de ônibus de característica urbana para circulação dos funcionários, ajudariam a desafogar o trânsito do Município. A Sra. Cristiane deixou claro se tratarem de propostas de intervenção tanto de curto, quanto de médio e longo prazo. Medidas de restrição da circulação de veículos pesados no centro histórico. Seguindo a apresentação

das proposições, a Sra. Cristiane afirmou existir decreto prévio especificando os veículos com permissão de circulação no centro histórico. O objetivo, então, seria a revisão do decreto a fim de restringir ainda mais essa circulação, pensando nos danos causados às edificações de patrimônio histórico e cultural, após solicitação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural - COMPAT. Além disso, seriam beneficiadas a segurança dos pedestres e infraestrutura da cidade, afetada pela circulação de veículos de grande porte pelas ruas estreitas e sem calçadas. O Sr. Eliabe acrescentou que o decreto em questão havia sido formulado em dois mil e dezoito, em conjunto com o Iphan, mas que foi percebida a necessidade de maior rigidez. Sugeriu, ainda, a implementação de fiscalização por videomonitoramento em pontos estratégicos de acesso ao centro histórico. Definição de horários para carga e descarga. Seguindo a linha de restrição de veículos de grande porte no centro histórico, a Sra. Cristiane afirmou que foi identificada a necessidade de definição de horário para carga e descarga nos estabelecimentos e que, novamente, priorizavam a tratativa aberta diretamente em conjunto com os comerciantes afetados. Enfatizou, no entanto, não haver alternativa senão adequação dos comércios aos horários fora de pico. Afirmou que a medida visava evitar congestionamentos, melhorar o fluxo de veículos e, principalmente, melhorar a utilização dos espaços limitados do centro. O Sr. Eliabe contextualizou a característica do trânsito em Mariana: entre seis e dez da manhã havia uma dinâmica mais fluida, e, por volta de onze horas horas da manhã, havia o súbito aumento no fluxo, e consequente congestionamento, devendo ser evitado para carga e descarga. Além disso, afirmou que outro objetivo seria o uso das vagas de carga e descarga para estacionamento rotativo. Destinação de área para embarque e desembarque dos ônibus de turismo. A Sra. Cristine informou que o embarque e desembarque de passageiros em turismo era realizado no terminal turístico, e que a manobra dos ônibus interrompia o fluxo de veículos em uma via importante do centro, não sendo ideal, especialmente após a implementação da sinalização semafórica. O Sr. Eliabe resumiu a situação do terminal: se tratava de um espaço público, com mais de cinquenta vagas de estacionamento inutilizadas praticamente diariamente e, quando raramente utilizadas, causavam transtorno ao trânsito da população. Afirmou que todas as tratativas com a Secretaria de Cultura, responsável pelo local, não avançaram, e lamentou a inutilização de uma área tão central e estratégica. Intervenção urbana para melhorar o fluxo no início da Rua do Catete. Dando prosseguimento, a Sra. Cristiane explicou que outra medida proposta seria a intervenção na Ponte de Areia, que contava com duas vias de mão dupla: uma por cima da ponte e outra por baixo. Contou que, pela obrigatoriedade de passagem dos ônibus por cima, causada pela altura limitada da abertura em baixo da ponte, era interrompido o fluxo de veículos e de pedestres. Explicou que a melhor alternativa encontrada pelo departamento seria a manutenção da mão dupla nas duas vias, ampliando-se a via por cima da ponte. Contou que a intervenção foi liberada pelo Iphan e que o projeto foi elaborado em uma disciplina da UFOP, que continha também análise

do curso da água no local. O Vereador Fernando Sampaio sugeriu o levantamento de custo para posterior captação de recursos para a obra com as mineradoras atuantes no Município. Estacionamento rotativo. Sobre o estacionamento rotativo, o Sr. Eliabe contou não haver data específica definida para implantação. Contextualizou que as tratativas começaram do zero e, em menos de trinta dias, foi formulada proposta pelo Demutran, com termo de referência contendo todo o projeto básico para implementação. Sobre o processo licitatório, afirmou que foi realizado pelo Pregão Eletrônico n.º 017/2023 e que a vencedora foi a empresa G2 Empreendimentos, do Paraná. Outra empresa concorrente havia entrado com recurso administrativo, tendo se esgotado o prazo de contrarrazões. Se encontrava o recurso, então, em análise no departamento jurídico e de licitação da Prefeitura para posterior homologação do processo. Processo licitatório do serviço de táxi. Prosseguindo a apresentação, o Sr. Eliabe Freitas enfatizou ser imprescindível o processo licitatório para garantir a isonomia dos participantes. Em seguida destacou que o processo licitatório passava pelo crivo da Lei Federal n.º 12.468, de 26 de agosto de 2011, que regulamentava o serviço de táxi no âmbito federal, da Lei Municipal n.º 3.000/2015 e do Decreto Municipal n.º 8.125/2016. Explicou que a legislação municipal disponibilizava a vaga de um veículo para cada quinhentos habitantes e que, portanto, haveriam cento e vinte e uma permissões para a licitação. Além disso, ressaltou que o novo processo licitatório garantia um poder fiscalizatório maior. Sobre os critérios de classificação, pontuou a criação de uma lista de credenciamento e posterior pontuação de experiência. O Vereador Fernando Sampaio sugeriu a conferência rigorosa da documentação e, em resposta, a Sra. Marta Guido garantiu um plantão de amparo à licitação. O Sr. Eliabe Freitas lembrou que o curso de capacitação de muitos condutores, critério para concorrência, estava perto do vencimento, e que o curso seria oferecido novamente para garantir a participação de todos os interessados. O Vereador Pedro Ulisses questionou se seria implementado algum canal de atendimento, relembrando o grande número de aplicativos na cidade com alto índice de reclamação do usuário. Em resposta, o Vereador Fernando Sampaio esclareceu que, para tanto, seria necessária aprovação de Lei na Câmara. Mudanças no sentido de circulação de vias. O Sr. Eliabe de Freitas solicitou que, para tratar sobre a questão da mudança dos sentidos das ruas, fosse agendada reunião com as Comissões. Estudos sobre sobre a MG-129, Av. do Contorno e Av. Geraldo Gonçalves da Cunha. A Sra. Cristiane informou que foram convidados representantes da empresa contratada pelo Município para realização dos estudos sobre alteração de sentido, entre outras medidas. Com a palavra, o Sr. Ronan cumprimentou a todos e explicou um pouco do processo de elaboração do projeto. Frisou que o objetivo principal das sugestões seria a manutenção da fluidez e que, para tanto, inicialmente seria feita a contagem e registro do tipo de veículo em circulação em determinada via e em determinados horários através das câmeras, durante quinze dias. Dessa forma, seria registrado o fluxo completo de veículos, inclusive os horários de pico. Sinalização semafórica do

complexo do centro. Com a palavra, o Sr. Eliabe de Freitas frisou que a funcionalidade do semáforo dependeria de alterações no trânsito, como proibições de conversão, entre outras. O Vereador Pedro Ulisses questionou sobre os impactos no tempo de deslocamento dos motoristas, considerando o risco de aglomeração de veículos, ao que o Sr. Eliabe de Freitas respondeu que a qualidade técnica seria imprescindível para se evitar esse tipo de problema. O Vereador Fernando Sampaio sugeriu a realização de teste do aparelho semafórico, antes das alterações nos pontos de ônibus. O Vereador Pedro Ulisses, por fim, afirmou que solicitaria visita técnica para viabilizar um estudo da MG-129, em relação ao impacto do trânsito de veículos de mineradoras. **Palavra Livre. ENCERRAMENTO**: Não havendo mais a tratar, em nome de Deus e do povo Marianense, o Vereador Fernando Sampaio agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada: